

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.329.870 - RS (2018/0161296-0)

AGRAVANTE : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL
PROCURADOR : ANDRÉA FLORES VIEIRA E OUTRO(S) - RS030577
AGRAVADO : PATRICK CASTRO MAZUI
AGRAVADO : PATRICIA CASTRO MAZUI
AGRAVADO : MAGDA MADALENA CASTRO MAZUI
AGRAVADO : VIVIANE CASTRO MAZUI
ADVOGADO : NEIVA SMIDERLE GELAIN - RS062684
INTERES. : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : CRISTINA MACHADO E OUTRO(S) - RS054287

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. PROMOÇÃO POST MORTEM. ARTIGO 85 DA LC Nº 10.990/97. MORTE POR ACIDENTE EM SERVIÇO. REQUISITOS DA LEI Nº 10.594/95. CARACTERIZAÇÃO.

Comprovado nos autos que a morte do policial militar deve ser considerada como acidente em serviço, enquadrada no inciso I do artigo 1º da Lei nº 10.594/95: / - por fato relacionado, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo, ainda que ocorrido em horário ou local diverso daquele determinado para o exercício de suas funções.

O de cujus, que ocupava o posto de 2º Sargento, deve ser promovido ao posto de 1º Tenente; percebendo pensão correspondente aos vencimentos integrais do grau hierárquico imediatamente superior ao que possuía na ativa.

CUMULAÇÃO DE PENSÃO PREVIDENCIÁRIA COM PENSÃO INFORTUNISTICA. POSSIBILIDADE.

Possível a cumulação da pensão previdenciária, por morte do segurado em caso de falecimento em consequência de acidente de serviço; com a pensão infortunistica, assegurada à família do servidor público falecido em razão do serviço.

O dependente de servidor policial militar falecido em serviço tem direito a pensão paga pelo IPERGS, de natureza previdenciária, nos termos previstos no art. 80 da Lei nº 7.138/78. Da mesma forma, tem direito à pensão de natureza infortunistica, de caráter indenizatório, conforme dispõe o art. 85 da LC nº 10.990/97.

Precedentes do TERS.

APELAÇÃO DESPROVIDA.

SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO.

Foram acolhidos parcialmente os embargos declaratórios opostos,

ficando assim ementados:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. PROMOÇÃO POST MORTEM. ARTIGO 85 DA LC Nº 10.990/97. MORTE POR ACIDENTE EM SERVIÇO. REQUISITOS DA LEI Nº 10.594/95. CARACTERIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE DECISÃO EXTRA PETITA. PREQUESTIONAMENTO.

A apelação do Estado foi desprovida; sendo que a questão da cumulação das pensões foi abordada unicamente em virtude de que o próprio ente público trouxe essa argumentação em seu recurso.

O acórdão embargado não modificou a sentença, que condenou o réu unicamente ao "pagamento das parcelas vencidas no interregno do período entre o falecimento do extinto servidor (26.12.2007) até a efetiva implantação do benefício"; de acordo com o que dispõe o artigo 85 da LC nº 10.990/97, que fundamentou o pedido inicial.

Não há falar em decisão extra petita.

Merece ser reconhecida a existência de erro material no tocante à promoção do de cujus; pois ocupante do posto de 22 Sargento, devendo ser promovido ao posto de 12 Sargento, e não 12 Tenente como constou no acórdão embargado.

Elementos pleiteados pelo embargante que se consideram incluídos no acórdão para fins de prequestionamento, a teor do art. 1.025 do CPC.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS PARCIALMENTE.

Na origem, trata-se de ação de revisão de benefício previdenciário em que os autores pretendem que a pensão por morte seja calculada de acordo com o previsto na Lei Estadual nº 10.990/97, considerando a promoção *post mortem* do instituidor do benefício. Deu-se, à causa, o valor de R\$ 974,00 (novecentos e setenta e quatro reais).

No recurso especial, o recorrente aponta violação dos arts. 191 e 492 do CPC/15.

Sustenta, em síntese, que houve julgamento *extra petita* pelo TJRS, uma vez que não há pedido da parte autora ao pagamento de duas pensões.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

Parecer do Ministério Público Federal pelo improvimento do recurso especial.

É o relatório. Decido.

Tendo o agravante impugnado a fundamentação apresentada na decisão agravada e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do presente agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que não ocorre julgamento *ultra petita* se o Tribunal local decide questão que é reflexo do pedido na exordial.

Com efeito, o pleito inicial deve ser interpretado em consonância com a pretensão deduzida na exordial como um todo, sendo certo que o acolhimento do pedido extraído da interpretação lógico-sistemática da peça inicial não implica julgamento *ultra* ou *extra petita*.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA.

1. O Tribunal a quo consignou não se tratar de decisão extra petita, uma vez que "os atos de investidura no cargo público são consectários lógicos do pedido antes deferido. Ademais, destaco na decisão que a nomeação e posse só deverão vir a ser efetivadas na hipótese de que, adotadas as medidas administrativas próprias, se possa atestar com precisão que o impetrante obteve classificações suficientes para a devida nomeação no pautado cargo, tendo, inclusive, citado, a respeito, o art. 26 da Lei n.º 12.016/2009, que trata sobre as medidas a serem adotadas nos casos de descumprimento das decisões proferidas no mandado de segurança" (fl. 288, e-STJ).

2. Consoante orientação sedimentada no STJ, não ocorre julgamento *ultra petita* se o Tribunal local decide questão que é reflexo do pedido na exordial. O pleito inicial deve ser interpretado em consonância com a pretensão deduzida na exordial como um todo, sendo certo que o acolhimento do pedido extraído da interpretação lógico-sistemática da peça inicial não implica julgamento extra petita.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1539796/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 03/02/2016)

Na hipótese, não houve modificação da sentença, que condenou o réu ao pagamento das parcelas vencidas de acordo com o art. 85 da LCE nº 10.990/97, que fundamentou o pedido inicial, e, mesmo entendendo é caso de cumulação de duas pensões, a condenação ora atacada encontra-se nos moldes requeridos na inicial, que pleiteia a correção da pensão por morte, por conta da promoção *post mortem*, e o pagamento de "adicional de pensão", que seria a pensão "cumulada", tratada pelo Tribunal *a quo*.

Assim, não há que se falar em extrapolação do julgado.

No mesmo sentido o parecer do d. Ministério Público Federal, conforme a ementa a seguir (fl. 505):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. MORTE POR ACIDENTE EM SERVIÇO.

RECONHECIMENTO DO DIREITO À PROMOÇÃO POST MORTEM A GRAU HIERARQUICAMENTE SUPERIOR AO QUE OCUPAVA NA ATIVA E CONDENAÇÃO DO ESTADO AO PAGAMENTO DA PENSÃO INFORTUNÍSTICA CORRESPONDENTE AO ADICIONAL DECORRENTE DA PROMOÇÃO. JULGAMENTO EXTRA PETITA NÃO CONFIGURADO.

FALTA DE INTERESSE DE RECORRER DO IPERGS. PELO CONHECIMENTO DO AGRAVO PARA CONHECER DO RECURSO ESPECIAL SOMENTE COM RELAÇÃO AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator